



Câmara Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 044/2022 – Do Executivo –. Dispõe sobre alterações na redação do Parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Saúde.

Analizando o referido documento, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

PARECER DESFAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 06 de junho de 2022.



CARLOS GOMES



JOCELI MARIOZI

GUSTAVO BELLONI



Câmara Municipal

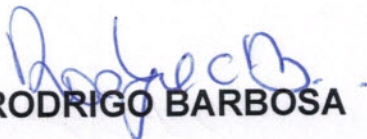
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto de Lei Complementar nº 044/2022 – Do Executivo – Dispõe sobre alterações na redação do Parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Saúde.

Em atenção ao referido documento, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

PARECER FAVORÁVEL.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 06 de junho de 2.022.


RODRIGO BARBOSA


LUIZ PARAKI

CLAUDINEI DAMALIO



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



03 de junho de 2022.


Of. GAB. nº 387/2022

Projeto de Lei nº 44/2022

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, para ser apreciado em regime urgência, o incluso Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre alterações na redação do Parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

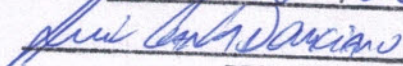

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

COMISSÕES

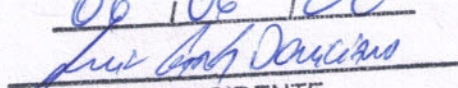
Justiça e Saúde

DATA

06 / 06 / 22


PRESIDENTE

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA

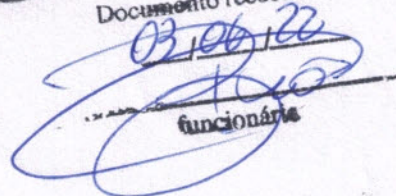
06 / 06 / 22

PRESIDENTE

Exmo. Sr. Vereador
LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

03 / 06 / 22

funcionária



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

nº 44/2022

“Altera a redação do Parágrafo único do Art. 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências”.

Art. 1º - O Parágrafo único do Artigo 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, fica renumerado como § 1º, com a seguinte redação:

Art. 2º:

“§1º: Os membros do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S., serão nomeados por ato exclusivo do Prefeito Municipal, atendendo as indicações realizadas pelas entidades e/ou associações estabelecidas no Município de São João da Boa Vista, nos termos do regulamento editado para este fim.

Art. 2º - O Artigo 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991 passa a vigorar acrescido dos §§ 2º, 3º e 4º, com as seguintes redações:

Art. 2º- ...

§1º- ...

§2º - Os membros indicados para o Conselho Municipal de Saúde – C.M.S., exercerão seus mandatos pelo período de 02 (dois) anos, sendo automaticamente substituídos por seus sucessores, na data das suas nomeações.

§3º - Ocorrendo a vacância e/ou sendo necessária a substituição dos membros do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S., os sucessores/substitutos deverão completar o período de mandato de seus antecessores, sendo vedada, em qualquer caso, a recondução para o biênio subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



§4º: Os membros do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S., ainda que novamente indicados pelas entidades e/ou associações estabelecidas no Município de São João da Boa Vista, somente poderão ser nomeados para um novo mandato, após decorrido o período de 02 (dois) anos, contados do término do mandato anterior, garantindo assim a renovação dos seus membros durante este interstício.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos três dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois (03.06.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



JUSTIFICATIVA:

O Poder Executivo Municipal tem a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e dignos Pares para exame, discussão e votação, o projeto de lei complementar anexo, o qual dispõe sobre alterações na redação do Parágrafo único do Art. 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde.

Referido Projeto de Lei Complementar tem como fundamento o art. 162, da Lei Orgânica Municipal e propõe alterações objetivando adequar e aperfeiçoar a Lei atualmente vigente, no sentido de democratizar ainda mais a participação da sociedade no citado Conselho, além de corrigir algumas imperfeições no mencionado Diploma Legal, em especial na participação dos substitutos indicados pelos diversos setores da sociedade que compõem o conceituado Conselho.

Importante ressaltar que as alterações ora propostas vem ao encontro do Parecer 01-2022-PGM-RP, exarado pela Douta Procuradoria Geral do Município, nos autos do Processo nº 5.140/2022, cujo trecho tomo a liberdade de transcrever:

“...

Ora, a interpretação mais consentânea com o ordenamento jurídico, como num todo indica que os sucessores em qualquer caso **apenas deverão concluir o período de mandato dos antecessores.**

Essa é a lógica da própria Constituição Federal de 1988 (art. 81 § 2º) e de qualquer outra norma que preveja a **sucessão de mandatos.**

Seria totalmente ilógico e contrária à finalidade dos mandatos de órgãos colegiados prever que o mandato dos seus membros seja individual e não deve observar o período de vigência do mandato de todo o colegiado.

Logo, entendo que os sucessores devem **tão somente cumprir o restante do mandato de seus antecessores**, sendo certo que a renovação integral do Conselho deverá ocorrer **a cada 02 anos**, estando correta a interpretação do Senhor Chefe de Gabinete neste ponto.

...”

O Projeto de Lei Complementar em tela também altera e impede a recondução de seus membros como forma de democratizar a participação popular, dando oportunidade a futuros novos conselheiros, ampliando e oxigenando as ações do mesmo.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



Convém enfatizar que o presente Projeto de lei deverá, se possível, ter uma votação prioritária, diante do término do biênio 2020/2022, em 30 de abril de 2022, bem como da necessidade de apresentar os relatórios referentes a prestação de contas do 1º Quadrimestre de 2022. Salienta-se, ainda, a obrigatoriedade de enviar a prestação de contas com o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Saúde ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 15 de junho de 2022.

Diante do exposto e buscando dar mais clareza e resolutividade na Lei que propomos a alteração, é que submetemos a essa Egrégia Câmara Municipal, referido Projeto de Lei, razão pela qual contamos com a compreensão dos Nobres Edis na sua apreciação e aprovação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos três dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois (03.06.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal

MICHELE CRISTINA SOUZA ACHCAR COLLA DE
OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA, Sociedade unipessoal de advocacia
registrada na OAB/SP sob n. 40911, inscrita no
CNPJ 44.031.051/0001-56

PARECER JURÍDICO n. 02/2022

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, com sede à Rua Antonina Junqueira, n. 195-A, 2º andar, Centro, CEP 13870-902, cidade de São João da Boa Vista, SP, inscrita no CNPJ n. 54.682.836/0001-42 neste ato representada por seu Presidente o Senhor LUIS CARLOS DOMICIANO

À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP.

ASSUNTO: Parecer jurídico no PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SOB Nº 44/2022 que “Altera a redação do Parágrafo único do Art. 2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências”.

CONSIDERANDO os ditames da Constituição Federal de 1988, em especial os princípios gerais de Direito Administrativo;

CONSIDERANDO as disposições da lei orgânica do Município de São João da Boa Vista, SP;

CONSIDERANDO as disposições do Regimento Interno da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA;

RELATÓRIO

O Presidente da Comissão Justiça e Redação da Câmara Municipal de São João da Boa Vista Vereador Carlos Gomes, na forma regimental, solicitou, em 06/06/2022, parecer acerca da Constitucionalidade e Legalidade do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 44/2022 que “Altera a redação do Parágrafo único do Art.

2º, da Lei nº 516, de 27 de junho de 1.991, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências”.

Destacando-se que no Of. GAB. nº 387/2022 a Prefeita Municipal MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA solicitou a apreciação dos Senhores Vereadores, com votação prioritária e de urgência, diante do término do biênio 2020/2022 em 30 de abril de 2022, bem como em face da necessidade de apresentar os relatórios referentes à prestação de contas do 1º quadriênio de 2022.

Era o que cumpria relatar.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Considerando a sua forma de tramitação em Regime de Prioridade/urgência, trata-se de matéria prevista no artigo 151 da Lei Orgânica do Município de São João da Boa Vista, SP. Assim, encontra respaldo legal o pedido de tramitação em PRIORIDADE na forma prevista no artigo 147, inciso IV e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, nos termos da justificativa apresentada.

A matéria objeto deste projeto de lei complementar se adequa integralmente aos princípios insculpidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, em especial ao disposto em seu artigo 162: “O Município fica obrigado a criar o Conselho Municipal de Saúde, cujas funções, representatividade e composição deverão ser estabelecidos por lei complementar, obedecendo a legislação federal e estadual”.

Neste diapasão, observa-se que a matéria do Projeto de Lei

Complementar em análise ESTABELECE NORMAS DE COMPOSIÇÃO nos termos da legislação vigente para os ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, especialmente a competência para dispor acerca das formas de representatividade e composição do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

E não é só, a matéria veiculada no Projeto de Lei Complementar em análise, somente pode ser legislada por provocação de INICIATIVA EXCLUSIVA DA PREFEITA MUNICIPAL, conforme realizado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, diante do projeto de lei complementar n. 44/2022, opino pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE, nos termos apresentados.

O presente parecer é composto por 03 (três) páginas, sendo assinado com certificado digital ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente.

É o parecer. S. M. J.

São João da Boa Vista/SP, 06 de junho de 2022.

MICHELE CRISTINA SOUZA ACHCAR
COLLA DE OLIVEIRA:33913297855

Assinado de forma digital por MICHELE CRISTINA
SOUZA ACHCAR COLLA DE OLIVEIRA:33913297855
Dados: 2022.06.06 20:18:31 -03'00'

DRA. MICHELE CRISTINA SOUZA ACHCAR COLLA DE OLIVEIRA

OAB/SP n. 314.164

*MICHELE CRISTINA SOUZA ACHCAR COLLA DE OLIVEIRA SOCIEDADE
INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, Sociedade unipessoal de advocacia registrada na
OAB/SP sob n. 40911, inscrita no CNPJ 44.031.051/0001-56.*